

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	121.491	121.448	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	148.451	148.408
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	35.027	54.576	Recursos do governo estadual	105.000	105.000
BANDES	35.027	54.576			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	82.458	62.866	Resultados Acumulados	43.451	43.408
FUNDEPAR-ES Desenvolvimento regional	62.808	62.768	Resultados acumulados	43.408	39.447
Financiamentos	19.650	98	Lucro do exercício	43	3.961
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	4.006	4.006			
PERMANENTE (Nota 7)	26.960	26.960			
Investimentos	26.960	26.960			
TOTAL DO ATIVO	148.451	148.408	TOTAL DO PASSIVO	148.451	148.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	3.193	4.162
Remuneração s/ disponibilidades (Nota 4)	2.163	3.471
Rendas de títulos de renda fixa	27	34
Rendas de operações/repasses	1.003	657
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.150)	(201)
Despesas de publicação	-	(1)
Despesas de serviços técnicos especializados	(34)	(33)
Despesas de taxa de administração (Nota 8)	(3.116)	(167)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	43	3.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos Governo do Espírito Santo	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2016	105.000	39.447	144.447
- Resultado do exercício	-	3.961	3.961
SALDOS EM 31/12/2017	105.000	43.408	148.408
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2017	-	3.961	3.961
SALDOS EM 31/12/2017	105.000	43.408	148.408
- Resultado do exercício	-	43	43
SALDOS EM 31/12/2018	105.000	43.451	148.451
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2018	-	43	43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
-------------------------	------	------

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO - Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO	43	3.961
Operações de créditos	(19.592)	199
Relações interfinanceiras	-	4
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(19.549)	4.164
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.549)	4.164
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do período	54.576	50.412
Fim do período	35.027	54.576
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.549)	4.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AROLDO NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O FUNDEPAR-ES - Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo foi criado pela Lei Estadual n.º 9.905, de 11 de setembro de 2012. A Lei atribuiu ao Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES a função precípua de disciplinar e administrar seus recursos e ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES a função de agente financeiro do Fundo.

De acordo com a lei que o instituiu, integrarão o patrimônio do FUNDEPAR-ES: recursos orçamentários específicos, contribuição e doação de entidades públicas e privadas, repasses de instituições financeiras nacionais e internacionais, retorno proveniente das aplicações financeiras realizadas com recursos do FUNDEPAR-ES e outras fontes.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da demonstração do valor adicionado.

5. Operações de crédito

Representa as operações de créditos e liberações efetuadas pelo Fundo, remuneradas conforme quadro a seguir:

Remuneração	Quantidade de Operações		Saldo das Operações (Em milhares de Reais)		% de Representatividade	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
a. FUNDEPAR desenvolvimento regional						
25% Selic	1	1	10.222	10.172	12,40	16,18
15% Selic	1	1	22.586	22.596	27,39	35,94
0% Selic	1	1	30.000	30.000	36,38	47,72
b. Financiamentos						
3% Selic	76	2	19.650	98	23,83	0,16
Total	79	5	82.458	62.866	100,00	100,00

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "Rendas de operações de créditos".

6. Títulos e valores mobiliários

Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título "Rendas de títulos de renda fixa".

As debêntures conversíveis em ações serão convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de acordo com critério definido pelo FUNDEPAR-ES até o prazo final de carência previsto nas escrituras de emissão de debêntures e deverá efetivar-se, integralmente, no prazo de até um ano a contar da deliberação do Conselho Gestor.

7. Permanente

O decreto nº 3650-R de 28 de agosto de 2014 determinou a utilização de recursos FUNDEPAR-ES para desapropriações previstas pelos decretos nº 1825-S de 26 de agosto de 2013 e decreto nº 1690-S de 01 de agosto de 2014.

Foi disponibilizado no exercício 2014 R\$ 26.960 ao Estado do Espírito Santo por meio de depósito judicial.

Os direitos decorrentes das ações de desapropriação serão integralizados no FUNDEPAR-ES que cederá ao Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A os direitos sobre as glebas de terras em troca de debêntures conversíveis ou não em ações, na forma da lei.

8. Remuneração do banco operador

Em conformidade com o regulamento do FUNDEPAR-ES a taxa de administração devida ao banco operador pelos serviços de administração e gestão do fundo, será de 2,1% (dois vírgula um por cento) ao ano calculado sobre o patrimônio líquido do mês anterior do fundo. Em 2018 os valores pagos ao banco operador atingiram o montante de R\$ 3.116 (R\$ 167 em 2017).

9. Relações com banco operador

Detalhamento das operações:

	2018	2017
Banco operador		
Disponibilidades	35.027	54.576
FUNDEPAR-ES		
Despesas de administração	(3.116)	(167)
Rendas sobre disponibilidades de recursos	2.163	3.471

No exercício social de 2018 o Fundo recebeu R\$ 2.163 (R\$ 3.471 em 2017) de remuneração dos recursos disponíveis, atualizados com base na taxa adotada nas cadernetas de poupança.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica; e

c. O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

d. A moeda funcional utilizada pelo FUNDEPAR-ES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores estão expressos em milhares de reais.

e. Estas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão em 14 de março de 2019 pela Administração (Fundamento: Regulamento FUNDEPAR-ES, Capítulo II, Artigo 4º, Inciso XI).

4. Disponibilidades no banco operador

O saldo de R\$ 35.027 (R\$ 54.576 em 2017) se refere aos recursos disponíveis no banco operador, remunerados mediante a aplicação de taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança (art. 5º do Regulamento do FUNDEPAR-ES). No exercício social de 2018, o Fundo auferiu remuneração sobre os recursos disponíveis na ordem de R\$ 2.163 (R\$ 3.471 em 2017).

10. Patrimônio líquido

• O Patrimônio líquido apurado em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 148.451 (R\$ 148.408 em 2017).

• Recursos do governo estadual – referem-se aos recursos orçamentários do Governo do Espírito Santo.

• Em 30 de outubro de 2012, por meio do decreto nº 2096-S foi aberto aos Encargos Gerais do Estado o crédito especial de R\$ 200.000, para a integralização dos recursos do Fundo. Na data de 20 de dezembro de 2012, na 1ª Reunião do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES foi autorizado a emissão de 200.000 mil cotas no valor unitário de R\$ 1,00 para subscrição e integralização pelo Governo Estadual. Em 26 de abril de 2013; com o crédito na conta-corrente bancária do FUNDEPAR-ES no valor de R\$ 200.000, decorrente da liquidação do empenho da administração da SEFAZ-ES em 25 de abril de 2013 conforme NL 12560/2013; foi efetivada a subscrição e integralização das cotas emitidas.

• Em 21 de dezembro de 2015, o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, aprova a utilização de recursos do fundo para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A. - BANDES no valor de R\$ 70.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2015.

• Em 20 de dezembro de 2016 o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, aprova a utilização de recursos do Fundo para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A. - BANDES no valor de R\$ 25.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2016.

• Resultados acumulados de R\$ 43.408 (R\$ 39.447 em 2017) referem-se ao resultado apurado nos exercícios anteriores.

• Lucro do exercício de R\$ 43 (R\$ 3.961 em 2017) refere-se ao resultado apurado no exercício social corrente.

11. Política de divulgação das informações

As informações referentes ao FUNDEPAR-ES encontram-se disponíveis nos seguintes veículos de comunicação:

- Internet, através do site www.bandes.com.br;
- Sistema "bandes atende" no tel.: 0800-2834202.

AROLDO NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do FUNDEPAR-ES - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO (Instituído pela Lei Estadual nº 9.905/2012 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES).
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDEPAR-ES - Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução dos títulos e valores mobiliários, das mutações do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDEPAR-ES - Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - T - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 - T - SP
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico